



A NOÇÃO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL (1996-2006)

Eliezer Pires da Silva

Arquivo Nacional do Brasil

eliezerpires@gmail.com

Resumo:

Esta pesquisa busca caracterizar a noção de informação arquivística presente na produção de conhecimento arquivístico no Brasil. Trata-se de discutir a emergência dessa noção expressa em teses e dissertações que contemplam questões da área de Arquivologia, especificamente, no quadro brasileiro, no período de 1996-2006. A intenção é apresentar as principais evidências dessa emergência no quadro brasileiro, apresentando também definições de informação arquivística na literatura. Propõe-se uma interpretação que reconhece a existência de três atributos caracterizadores da noção de informação arquivística (de significado, de materialidade e de evidência). Relaciona-se, ainda, a abordagem informacional dos arquivos com uma perspectiva de inovação no discurso sobre as práticas arquivísticas na contemporaneidade. Essa inovação estaria presente na orientação de sucesso dos negócios organizacionais e nos movimentos das instituições arquivísticas, quando da representação temática dos conteúdos de documentos de arquivo por meio dos sistemas ou redes de informação. Essas considerações evidenciam o arquivo no reconhecimento de formas reificadas da vida nas sociedades contemporâneas, em que se dá a burocratização das relações substituindo formas tradicionais de integração social. Sugere uma lógica em que a inteligibilidade da comunicação seja diplomaticamente mediada pelo documentar. Essa dinâmica é, ao mesmo tempo, comunicativa e validativa.

Palavras-chave: informação arquivística; arquivologia; arquivo e informação.

1 A NOÇÃO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Sabe-se que, desde o século XIX, o documento de arquivo representa um conceito importante para o saber arquivístico. Mas como entender o surgimento, no final do século XX,



da idéia de informação arquivística? A definição de informação arquivística não está contemplada em obras de referência da área, no Brasil. Por exemplo, encontra-se ausente no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado em 2005, pelo Arquivo Nacional.

Para Monção (2006), documento arquivístico e informação arquivística representariam dois conceitos a serem objeto de estudo da Arquivologia. Nesse sentido, haveria uma disputa entre a eleição de um ou outro para indicar a centralidade da abordagem arquivística.

Conclui-se que o documento arquivístico permanece como objeto de estudo da arquivística, porém as discussões estão avançando de forma bastante intensa em relação à mudança do objeto de estudo, no sentido de vir a ser a informação arquivística. Essa mudança ainda encontra bastante resistência por parte da comunidade científica e profissional da área. [...] Com base na literatura revisada, pode-se dizer que a informação arquivística constitui-se em grande desafio para a área, devido à ausência de conceitos a respeito e à responsabilidade de vir a ser o objeto de estudo da Arquivologia (MONÇÃO, 2006, p. 27).

A intenção, aqui, é apresentar a noção de informação arquivística do modo como está caracterizada por meio da revisão de literatura realizada até este momento. Partindo disso, indica-se antes a abordagem arquivística da entidade documental. Em seguida, começa-se a apontar a emergência da noção de informação arquivística como uma expressão da abordagem informacional dos arquivos.

Chama-se a atenção para as principais evidências dessa emergência no quadro brasileiro, apresentando também definições de informação arquivística na literatura. Essas definições são desdobradas em considerações explicativas sobre suas implicações conceituais, além da formulação de provocações em torno desse tema.

Para aprofundamento de tais problematizações, propõe-se uma interpretação que reconhece a existência de atributos caracterizadores da noção de informação arquivística. Aponta-se ainda para a colocação de outros questionamentos.

Busca-se, assim, uma explicitação para a noção de informação arquivística. Esse exercício é realizado mobilizando autores em que a noção está sendo caracterizada no âmbito da literatura da Arquivologia.

Diferentemente da emergente perspectiva informacional, expressa pela noção de informação arquivística, os principais marcos do saber arquivístico apontam para o surgimento, no século XIX, de um modelo de instituição arquivística custodiadora de documentos, deslocados do lugar em que foram administrativamente acumulados para



ocuparem espaço num depósito centrado em servir a pesquisa histórica ou probatória.

Essa ênfase no documento tem sido, tradicionalmente, reproduzida na Arquivologia. Para Fonseca (2005, p. 88 e 89), a Arquivologia encontra-se, historicamente, marcada pelas práticas visando à guarda e à preservação de documentos.

- o objeto da “Arquivologia clássica” era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração, era o arquivo (fond d’archive), custodiado por uma instituição arquivística;
- suas principais entidades eram os documentos de arquivo como “artefatos” físicos, e as interações entre estas entidades eram consideradas orgânicas por natureza.
- os objetivos e a metodologia poderiam ser descritos como o controle físico e intelectual dos documentos (FONSECA, p. 88 e 89).

1.1 A ABOARDAGEM DA ENTIDADE DOCUMENTAL

Autores de reconhecimento internacional na Arquivologia, como Heredia Herrera (1983) e Duranti (1994), consideram o saber arquivístico, essencialmente, estruturado em torno dos documentos. Deste ponto de vista, o arquivo é entendido como a totalidade de documentos produzidos ou recebidos oficialmente por uma administração que posteriormente se submete à custódia arquivística.

A partir da emergência da Gestão de Documentos, na primeira metade do século XX, ocorre uma ampliação das funções arquivísticas para além da custódia de acervos em instituições arquivísticas, buscando a estruturação dos serviços de arquivo junto aos processos de trabalhos dentro das administrações. A Gestão de Documentos surge para racionalizar a produção, o uso administrativo e a eliminação de documentos.

Não é a informação contida no documento o que interessa, e a arquivística não é uma “ciência da informação” (como muito freqüentemente se diz), ou só uma “ciência da informação”, senão que tem um conteúdo muito mais amplo; o que interessa é o significado pleno de cada documento, que se evidencia somente por meio do vínculo com todos os outros documentos do mesmo arquivo; o que interessa é conhecer como este documento foi produzido, ao longo de que procedimento administrativo e com que validade jurídico-administrativa (LODOLINI, 1988, p. 11, tradução nossa).

Essa visão *documentalista*¹ do arquivo, inicialmente associada ao patrimônio histórico,

¹ Visão documentalista aqui quer indicar uma abordagem do saber e das práticas arquivísticas centrada na entidade documental. Busca-se estabelecer uma distinção entre a perspectiva arquivística que privilegia o documento para representação de seu objeto de trabalho e a da informação representando a centralidade do saber e das práticas em torno dos arquivos. No âmbito da Ciência da Informação, para Fernandes (2004), visão documentalista seria uma herança da Documentação, sobretudo da segunda geração que tem em Briet o maior



constituente de um saber sobre os documentos autênticos, se aproxima da Gestão de Documentos. Nesse sentido, a permanência da idéia de que o arquivo é capaz de guindar o documentar ao estatuto documental probatório. Para Ricoeur (2000), o arquivo não é apenas o lugar físico, é um lugar social instituído com o fim de testemunho do passado por meio da prova documentária.

Camargo (1994), ao abordar o arquivo sob este ponto de vista, sugere que as razões de ordem prática colocam uma redução e um condicionamento na produção de sentido do que está documentado. Admite uma estabilidade de sentido ao conteúdo dos documentos no contexto arquivístico.

Para Sousa, a entidade documental é essencial para o saber arquivístico.

O documento arquivístico é um artefato humano com pressupostos e características específicas. O ambiente e o conteúdo são delimitados e definidos pelo sujeito acumulador, que pode ser uma pessoa física ou jurídica. [...] o documento arquivístico nasce como resultado do cumprimento de uma atividade e é mantido como prova dela. E, também, com o objetivo de decidir, de agir e de controlar as decisões e as ações empreendidas e, ainda, para efetuar pesquisas retrospectivas que ponham em evidência decisões ou ações passadas (SOUSA, 2004, p. 120-122).

Segundo Lopez (2000, p. 39),

O documento de arquivo é uma prova mediada por diversas relações: de um lado a sua geração/uso institucional, de outro lado a interpretação e tradução destas funções na classificação documental; de um lado tudo aquilo que ela carrega enquanto índice (traço) do real e, do outro, sua leitura/interpretação feita pelo pesquisador. De um lado, o documento é resultante de uma vontade institucional, fruto de uma determinada concepção de mundo. Porém, é vetor tanto de novas ações .

Esse autor caracteriza um contexto de geração dos documentos, no passado, enquanto produto de relações sociais que são objeto de intervenção, no ambiente da acumulação e da ordenação do acervo, tendo em vista a projeção de uso dos documentos como vetor de novas relações perspectivadas.

De acordo com Lopez (p.81), a idéia de documento de arquivo comporta uma síntese entre informação e suporte. Ele entende que, no espaço do arquivo, o conteúdo informativo do documento, para além da observação isolada de uma inscrição, configura uma materialidade (potência de efeitos) que sustenta a produção de sentido sobre conteúdos em determinada

expoente, final dos anos de 1930.

direção. “O conteúdo informativo do documento [de arquivo] não pode ser analisado no vazio; isto é, como se não houvesse uma materialidade garantidora da fixação dessa informação e como se tal conteúdo não fosse produto de uma ação geradora do documento.”

O trabalho arquivístico é entendido, fundamentalmente, assentado sobre o processamento técnico de documentos que resultaram da atividade de uma pessoa física ou jurídica.

1.2 A EMERGÊNCIA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A despeito dessa abordagem centrada na entidade documental no contexto dos arquivos, a expressão informação arquivística emerge na literatura da área da Arquivologia, nos anos de 1980, estabelecendo a *abordagem informacional* que inscreve o arquivo na dinâmica da importância que possui a informação na contemporaneidade.

De acordo com Fonseca (2005, p. 13), há uma possibilidade renovadora a partir da perspectiva informacional no panorama arquivístico internacional.

[...] destaca-se a criação, em 1987, do *Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique* – GIRA (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arquivologia). O grupo de pesquisa foi criado na Escola de Biblioteconomia e Ciências da Informação da Universidade de Montreal – ESBI, no Canadá. O artigo publicado por seus fundadores em 1988, *L’archivistique a-et-elle trouvé son identité*, pode ser considerado um marco nas reflexões sobre a Arquivologia como área autônoma de conhecimento numa perspectiva contemporânea e a criação do grupo de pesquisa constitui-se em importante espaço de reflexão em torno das especificidades do fenômeno informacional arquivístico, na busca da construção de um conceito de informação arquivística.

Desse modo, as idéias em torno do fenômeno informacional arquivístico têm sido colocadas em associação com movimentos de aproximação da Arquivologia de uma condição autônoma de área do conhecimento.

A noção de *informação arquivística* é recente na literatura da área e ainda carece de verticalização teórica. Na verdade, a Arquivística tende a reconhecer os *arquivos* como seu objeto e não a *informação arquivística*. Em torno dessas duas perspectivas, situam-se as escolas de pensamento mais conservadoras – ainda predominantes – e as mais renovadoras. De modo geral, a primeira tendência encontra acolhida nos arquivos públicos europeus e, a segunda, em escolas de Ciência da Informação de universidades dos Estados Unidos e Canadá (JARDIM; FONSECA, 1998).

A noção de informação arquivística é identificada, nesta citação, com um deslocamento de objeto na Arquivologia, além de sua aproximação com as escolas norte-



americanas e canadenses. Essa renovação tem apresentado evidências de um processo de alterações para a área dos arquivos no quadro brasileiro.

As evidências sinalizadas são ainda pontuais, pois não se trata de um levantamento exaustivo. Apresentam-se, a seguir, algumas ilustrações da ordem da produção do conhecimento arquivístico e do âmbito do ensino ou formação profissional, que poderão vir a se constituir em possíveis indicadores.

O primeiro desponta em 1990, quando a Associação dos Arquivistas Brasileiros, ao realizar um dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, tematiza a questão no próprio título: “informação e arquivo”. Apesar de não ser um fenômeno brasileiro, poderia ser um marco inicial de reconhecimento da abordagem informacional dos arquivos no Brasil?

O fluxograma atual do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, depois da reforma implementada em 2007, ao apresentar um alinhamento com a perspectiva de uma abordagem informacional do arquivo², aponta, talvez, uma segunda evidência. A ocorrência da palavra “informação” no título das disciplinas torna-se reveladora. Enquanto no antigo fluxograma o informacional apenas aparecia na designação de uma disciplina, agora esse termo aparece em 11 das quarenta disciplinas da grade curricular.

O que se pode observar são aspectos da trajetória, recente, da emergência da noção de informação arquivística no quadro brasileiro. Esta pesquisa pressupõe que a emergente noção encontra-se presente naquela produção de conhecimento arquivístico, que está sendo publicada. Identificam-se trabalhos nos quais a perspectiva da abordagem informacional dos arquivos é adotada.

Entendemos informação dentro de uma perspectiva arquivística como uma representação registrada a partir de sua inserção em contexto administrativo de uma entidade coletiva ou de vida de uma pessoa ou família, passível de organização, tratamento, preservação, contextualização e comunicação, e como recurso para geração de conhecimento ou para o processo de tomada de decisões, podendo ser utilizada por multiusuários e produzir vários sentidos (OLIVEIRA, 2006, p. 31).

Essa é uma situação em que se procura explicitar uma definição para a noção de informação arquivística. A essa manifestação objetiva de um registro com qualidades arquivísticas, até então categorizado pela noção de documento, associa-se a permanência da idéia de registro, o que pode até suscitar o enquadramento do deslocamento do documento

² O Projeto Político Pedagógico, da reforma implementada em 2007, enfatiza o propósito de formar profissionais para atuar no campo informacional. Apresenta o objetivo de responder às demandas das informações produzidas pelas transformações que caracterizam a contemporaneidade.



para a informação como sendo apenas nominal. Será uma simples mudança de termo?

Assim, a informação arquivística apresentaria características de ser registrada sob a lógica do contexto administrativo que se dá pelo exercício de funções, atividades e transações, mediante registros.

Moreno (2006), a partir de autores canadenses e americanos, considera que, até meados dos anos oitenta, se enfatizava a forma sobre o conteúdo dos documentos. Os princípios arquivísticos só dariam conta de uma preocupação com o *documento* em seu contexto de produção, isso por meio da representação de estrutura e formato de atos documentados. Essa autora chama a atenção para o conceito de documento. Este reuniria os aspectos informativos e de suporte nessa entidade documental.

Ressalta-se que os documentos gerados e recebidos, em decorrência das atividades das instituições, são detentores de informação arquivística, a qual tem peculiaridades e características específicas. A informação arquivística é produzida dentro do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades e tem papel fundamental, pois faz parte dos recursos informacionais que, ao lado dos recursos humanos, financeiros e materiais, toda organização utiliza para seu funcionamento (MORENO, 2006, p. 17).

A autora recoloca a determinância da condição registrada para o informacional nos arquivos, tendo em vista que são acervos compostos por informações, quando estas são consideradas consequência dos documentos.

Entende-se por informação arquivística, a informação que está diretamente relacionada ao organismo produtor, isto é, ela é produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as organizações/instituições. A informação arquivística por meio de seu conteúdo informacional forma o documento de arquivo. A informação arquivística/documento de arquivo tem como traço característico o fato de ser produzido de forma espontânea, natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história. No âmbito do funcionamento de uma instituição, apresenta caráter evidencial congênito, ou seja, nasce para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e é alheio a um eventual uso secundário que dele se possa fazer (MORENO, 2006, p. 133).

Nesta definição, a noção de informação arquivística está associada com a busca por um domínio mais amplo para atuação do profissional de arquivo, que tanto está no processamento de acervos nas instituições arquivísticas como também se insere no funcionamento das organizações como parte constitutiva do próprio administrar.

Não obstante, as tecnologias de informação e comunicação delinearão um quadro de



recursos de redes de comunicação em que o funcionamento organizacional tem, nesse intenso trânsito informacional, um elemento vital. A atuação do arquivista fortaleceria a consolidação de um espaço de gerenciamento de *informação arquivística*, promovendo soluções da arquivística e incluindo a opção pelas tecnologias e a mobilização de diferentes recursos.

A nova onda de profissionais [que ganha] espaço pelo fato de lidar, essencialmente, com informação produzida e manipulada no âmbito organizacional e registrada em variados tipos de suportes, por recorrer ao uso da tecnologia para o processamento dessa mesma informação e por prestar serviços aos seus utilizadores já não baseados apenas na comunicação das fontes de informação, mas sim no fornecimento da própria informação (ROBREDO, 2003, p. 48).

O arquivista atuaria articulando o funcionamento dessa interação informativa: o acompanhamento do processo documental e o mapeamento dos fluxos informacionais, que são estabelecidos pelos processos de trabalho dentro de uma organização. O sistema de informação pode ser entendido como *modelo de representação da realidade em seus processos de comunicação*, descrevendo como vai interagir um conjunto de partes que, coordenadas por um fim, potencializam sua capacidade de realização.

1.3 CARACTERIZAÇÃO CONCEITUAL DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Para Guimarães e Silva (1996, p. 57), a dimensão documental do arquivo pode ser enquadrada pela compreensão informacional de processos de comunicação dentro do espaço das instituições arquivísticas e dos serviços de arquivo. As propriedades e características da informação arquivística estariam na dependência do contexto, o qual resulta da atuação de um organismo produtor. A ligação de uma informação com outras e com o exercício das atividades desse produtor constitui o arquivo, além da oficialidade na intenção de produzir efeitos de ordem jurídica provando fatos.

Nharreluga, a partir de Jardim (1999b), aborda a informação arquivística governamental, “entendida como toda aquela que, produzida e acumulada por instituições governamentais, em função mesmo de suas funções e atividades, reveste-se de natureza pública”. Considera diferentes perspectivas sobre a informação enquanto recurso, *commodity*, percepção e constituição social, para formular o seguinte entendimento:

- 1 A informação reflete e fornece elementos à definição de processos de direção e articulação de ações e atividades em diferentes ambientes;

- 2 A informação excede as tentativas de sua representação em estruturas, articulações e integrações, exigindo formas específicas de sua mediação nos diferentes ambientes de trabalho.
- 3 O poder da informação não reside em si mesma, ele se potencializa com a circulação e uso da informação, mediante estruturas e canais que envolvem o uso de capacidades adequadas à criação de sua significação para gerar conhecimento.
- 4 A racionalidade das estruturas e canais, bem como dos diferentes programas institucionais que envolvem a produção, uso e disseminação da informação, encontra-se necessariamente referida às políticas de informação, em seu nível de atuação.
- 5 A informação representada no quadro do governo eletrônico - em função do contexto de sua produção - reveste-se de um caráter arquivístico. (NHARRELUGA, 2006, p. 41 e 42)

Problematizando o impacto das comunicações eletrônicas nos arquivos, David Bearman sustenta que as condições virtuais de apresentação desses meios não descaracterizariam a compreensão documental da comunicação no fenômeno arquivístico. O trabalho do arquivista, a partir dos metadados, ou metainformações, amplia as possibilidades de controle sobre os documentos.

Os documentos são os portadores, os produtos e são eles que informam sobre as transações. Qualquer dado não constitui por si um documento, posto que nem todos os dados representam de forma completa a transação na qual estão envolvidos. De fato, a maior parte da informação gerada pelos sistemas de informação e administrada por meio deles, não constitui um documento e carece dos atributos de validade e eficácia. Os documentos só serão válidos e eficazes se se recolhe, conserva e utiliza aquela informação sobre seu conteúdo, estrutura e contexto que resulta imprescindível para garantir um tratamento arquivístico integral adequado aos mesmos (BEARMAN, 1996, p. 4, tradução nossa).

Para Terry Eastwood, o trabalho arquivístico assenta-se na descrição dos conjuntos documentais, mas reconhece a finalidade dos arquivos em fornecer informações. Nessa perspectiva, demonstra uma preocupação com as necessidades de informação dos usuários. Esse professor canadense entende que

Os arquivos precisam ser instituições mais populares do que são, muito mais pessoas podem se deleitar e se beneficiar do conhecimento e uso de arquivos do que atualmente o fazem. Isso vai criar uma sociedade gradativamente mais instruída e talvez uma sociedade onde as pessoas sejam mais preocupadas com as suas raízes e seu passado.[...] queremos dar aquela informação básica, talvez até dizer alguns fatos sobre os arquivos que vão orientar o usuário que queira ser orientado (EASTWOOD, 2007, p. 18).

Michael Cook (2007, p. 126) defende que a perspectiva informacional, nas práticas arquivísticas, representa um auxílio na descrição dos arquivos, no sentido de separar a



“informação de contexto da de conteúdo”. No quadro da normalização arquivística, o método de categorização da informação seria uma expressão da representação orientada ao usuário.

De acordo com Sibille, o informacional nos arquivos emerge junto da utilização da informática para automatizar instrumentos de pesquisa em instituições arquivísticas. Na França,

Uma aceleração é verificada, desde o início dos anos de 1990, na informatização [...] dos serviços, e desde 1995 nas descrições. [...] A normalização da descrição arquivística e a reflexão sobre os meios ofertados pelas novas tecnologias estão, hoje em dia, no centro do debate profissional (SIBILLE, 2007, p. 98).

A autor australiano Adrian Cunningham discute o controle intelectual dos documentos configurando uma abordagem informacional dos arquivos. A informação arquivística refletiria a complexidade da “realidade de inter-relações dinâmicas entre diferentes entidades produtoras de documentos”.

Em 1964, Scott fez a sugestão radical de se abandonar o fundo como foco do controle intelectual e [...] longe de ser um ataque ao princípio da proveniência, Scott via sua abordagem como sendo eficiente de registrar a verdadeira e freqüentemente complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento do que o uso da abordagem dos fundos (CUNNINGHAM, 2007, p. 80 e 81).

Para Nils Bruebach, a informação arquivística representa um efeito da revolução digital e suas implicações no arquivo.

A última década do século XX é freqüentemente vista pela Arquivologia como um período de mudanças de paradigmas. A revolução tecnológica com seus impactos nas administrações e escritórios fez com que os princípios de trabalho arquivístico, os métodos, as estratégias e as abordagens profissionais fossem repensados e reavaliados (BRUEBACH, 2007, p. 39).

Michael Fox analisa as razões da normalização arquivística no contexto das necessidades de informação junto aos arquivos. Enfatiza a importância da consistência do conteúdo informacional diante do usuário. Existiria um problema quando o “conteúdo e a estrutura da descrição de documentos variam de instituição para instituição”. No nível da informação, a solução estaria na aplicação de normas para estruturar o “conteúdo da informação arquivística” (FOX, 2007, p. 28).

Para Terry Cook (2000), o papel da Arquivologia, na atualidade, envolve uma visão teórica sobre as práticas arquivísticas, que passa da entidade documental para o processo, uma abordagem relacional do universo arquivístico. Como resultado dessa transformação, não mais a partir do arranjo e da descrição do armazenamento de entidades documentais, deve-se



encontrar formas de análise das funcionalidades do fenômeno informacional nos arquivos.

Para Silva (2008, p. 66), a informação arquivística é entendida “como aquela produzida, recebida e acumulada por um organismo em razão das competências e atividades necessárias para a realização de seus objetivos”, sugerindo, nesse sentido, a dependência da condição registrada para sua acumulação, além de evocar os elementos da conceituação de arquivo.

De acordo com Crespo (2000, p. 29 e 30), a definição de informação arquivística encontra-se na delimitação do objeto de estudo da Arquivologia, este com características de ser uma informação detentora de forte relação com o produtor que impõe sua significação no quadro das atividades e funções desse organismo formador do arquivo.

A partir dos anos de 1980, em função dos desenvolvimentos apresentados pelas sociedades, a arquivística foi marcada por novas transformações. Neste contexto surgiu o conceito de gestão da informação. A princípio foi um desenvolvimento da idéia de gestão, mas que não se prendeu aos suportes e criou a possibilidade da análise do conteúdo informacional. O exame mais profundo deste conceito leva a superação da idéia de documento como objeto da arquivística, passando a ser a informação orgânica registrada o elemento fundamental de estudo da área (CRESPO, 2000, p. 115).

Esse autor demarca o informacional nos arquivos associado ao contexto de adoção das chamadas tecnologias de informação e comunicação. As alterações de cunho social e tecnológico configuradas a partir da década de 1980 colocaram demandas de ampliação dos conceitos e das práticas arquivísticas. A informação teria se tornado uma ordem de realidade sobre a qual o arquivista interviria quando no contexto dos arquivos.

As funções arquivísticas, no nível da gestão da informação, são entendidas como um processo de intervenção junto à administração das organizações, objetivando a racionalização da produção e do fluxo da informação.

A característica testemunhal da informação arquivística, ou seja, o fato de os documentos arquivísticos se constituírem em fontes de prova das ações que os geram, exige um gerenciamento rigoroso de sua criação, transmissão e guarda, de maneira que se possa, a todo tempo, prestar contas dessas mesmas ações, atender às demandas dos cidadãos e garantir à sociedade o conhecimento sobre si mesma (RONDINELLI, 2005, p. 20).

Mariz (2005) realizou um estudo sobre aspectos teóricos caracterizadores da transferência de informação, por parte dos arquivos públicos brasileiros na *web*. Para a autora,



informação é o conteúdo contido num registro que pode ser transferido. Com essa concepção, afasta-se das problematizações da informação na produção de sentido operada por quem recebe mensagem, que pode não produzir exatamente os sentidos pretendidos por um “emissor”, e se distancia das questões mais complexas envolvendo os condicionamentos socioculturais formadores dos sujeitos dentro de uma ação de informação, mediações atuantes nessa produção de sentido.

Mariz apresentou, ainda, três pressupostos em sua pesquisa: a Ciência da Informação como um emergente espaço de produção de conhecimento arquivístico; os arquivos como lugares de informação ou serviço de informação; e a sociedade contemporânea como uma realidade em redes.

A questão de sua pesquisa é verificar em que medida a internet está sendo explorada pelas instituições arquivísticas brasileiras, sobretudo quando estas são entendidas como prestadoras de serviço de informação.

É no deslocamento da ênfase no suporte de um registro documental para conteúdos informacionais desses mesmos documentos que se entende a emergência da perspectiva de uma informação arquivística. Identifica-se, inclusive, o fortalecimento dos princípios arquivísticos nesse quadro, pois se a contextualidade estruturante do saber arquivístico era, tradicionalmente, visualizada no armazenamento e organização dos suportes, agora é na via da representação de conteúdos informacionais em seu contexto de produção que determina a abordagem informacional dos arquivos.

Para Mariz, a transferência de informação arquivística é entendida no processo de divulgação do conteúdo de documentos custodiados por instituições arquivísticas, enfatizando o aspecto contextual da produção dessas informações.

Para Rodrigues (2006), na segunda metade do século XX, os estudos promovidos no âmbito da Unesco agenciaram uma aproximação dos arquivistas da abordagem informacional dos arquivos. Ele aponta a publicação de importantes estudos, sob os auspícios desse organismo internacional, na perspectiva da formação do profissional da informação contemplando a Arquivologia e a Biblioteconomia. A base profissional do arquivista é reconhecida numa realidade informacional, tanto no contexto organizacional do usuário produtor do arquivo como no espaço da instituição arquivística, lugar em que a informação autêntica sob custódia torna-se acessível.

Segundo Jardim (1999b, p. 29-33), a administração das organizações em seu



funcionamento configura a geração e o processamento de informações, de modo registrado no próprio curso do exercício das atividades. A autor entende que há serviços de gestão dessa informação como um aspecto constitutivo do próprio administrar. Esse modo de registrar da administração, com objetividade e formalidade, delinearía a especificidade de um fenômeno informacional próprio do arquivo.

Jardim propõe, ainda, que o ciclo da informação arquivística envolve o ambiente organizacional da sua produção e o posterior marco das instituições arquivísticas responsáveis pela preservação e acesso desse patrimônio.

Entende-se, neste momento, informação arquivística associada a uma visão documentalista do fenômeno informacional, tendo em vista a disposição registrada que se pressupõe na intervenção profissional do arquivista.

Relaciona-se, ainda, a abordagem informacional dos arquivos com uma perspectiva de inovação no discurso sobre as práticas arquivísticas na contemporaneidade. Essa inovação estaria presente na orientação de sucesso dos negócios organizacionais e nos movimentos das instituições arquivísticas, quando da representação temática dos conteúdos de documentos de arquivo por meio dos sistemas ou redes de informação.

Informação arquivística seria a fixação de um *conteúdo* num *meio* com atributos de significado, materialidade e evidência em relação às atividades de um produtor de arquivo.

Essas considerações evidenciam o arquivo no reconhecimento de formas reificadas da vida nas sociedades contemporâneas, em que se dá a burocratização das relações substituindo formas tradicionais de integração social. Sugere uma lógica em que a inteligibilidade da comunicação seja diplomaticamente mediada pelo documentar. Essa dinâmica é, ao mesmo tempo, comunicativa e validativa.

Para compreender a emergência da informação arquivística, e pensar as possibilidades de sua caracterização conceitual, será necessário tomar como objeto a historicidade dessa reflexão além de elucidar objetivamente esse construto.

1.4 PROBLEMATIZANDO A NOÇÃO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

O processamento técnico para essa informação arquivística configuraria rotinas de controle densamente metódicas. Os arquivistas seriam agentes participantes ações de informação que caracterizam o processo documental de uma organização.



Entretanto, quando se explicita “informação arquivística” o que realmente se quer evocar com essa noção? Seria mesmo possível imaginar as possibilidades de uma categorização mais ampla que o registro ou o documento? Quais são as implicações de pensar a possibilidade das práticas em torno dos arquivos estarem presididas pela ênfase nesse uso social da linguagem que chamamos de informação?

Nessa abordagem informacional mantém-se a especificidade arquivística de representar as ações administrativas que se materializaram nos atos registrados (documentos). O arquivo permanece representando a possibilidade de armazenar a evidência do funcionamento da administração por intermédio da preservação e do acesso, tanto da ordem como do conteúdo documental. A partir de tal concepção, a noção de documento arquivístico associa-se a um estatuto probatório, assim como a de informação arquivística relaciona-se a um estatuto de validação, ambos representando modos de validação?

Pode-se explicar essa invenção da informação arquivística, no quadro da Arquivologia brasileira, ligando-a às condições de produção de conhecimento arquivístico no âmbito institucionalizado dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, sem que essas explicações excluam a pertinência de outras. A noção de informação arquivística parece inscrita numa lógica de argumentação acadêmica de atualizar as das práticas tradicionais em torno do processamento técnico dos arquivos na direção de sua autonomia enquanto área do conhecimento.

Nesse sentido, para Silva (2002), não se pode assumir uma ênfase na técnica entendida como fim em si para a existência de uma ocupação profissional inscrita num exercício de fazeres manuais isolados. O autor supõe a existência de atuais condições de oportunidades com múltiplas instâncias acadêmico-profissionais para a Arquivologia.

A busca de elementos caracterizadores, desta noção de informação arquivística, implica a compreensão do arquivístico na demanda de documentar, numa dimensão comunicativa, o exercício de atividades socialmente organizadas. As ações cotidianas das administrações são objeto de registro enquanto forma estruturada de informação. O universo arquivístico permanece correspondendo a conjuntos informacionais decorrentes do funcionamento das organizações.

Trata-se de uma dimensão comunicativa na interpretação do informacional nos arquivos. Para o arquivista português João Vieira, arquivo é formado pelo

conjunto das relações natural e artificialmente estabelecidas entre documentos e o



conjunto dos instrumentos e dispositivos técnicos que os suportam. Este complexo coeso de diversos elementos inter-relacionados caracteriza-se, essencialmente, por servir um objetivo comum: a conservação, o acesso e a utilização eficazes [...de] determinados significados administrativos nos documentos que o integram, para além do sentido que lhes é conferido pelo lugar que ocupam na seqüência da produção, *o arquivo é também, em grande medida, um sistema de significação* [...] esse discurso definido pela ordem dada aos documentos, pelas relações arquivísticas projectadas e estabelecidas entre eles, que nos é possível surpreender a organização naquilo que ela tem de mais recôndito [...] essa informação (2005, p. 40, grifo nosso).

Essa esfera de significado, na qual se insere a informação arquivística, configura uma ação comunicativa, formadora da racionalidade no andamento das administrações. A noção de informação arquivística é compreendida nos processos de comunicação, que se apóiam em práticas estabelecidas num ambiente de modos, administrativos e jurídicos, de agir.

No segundo momento, a manifestação de alguma materialidade, quer dizer, a forma registrada de uma inscrição com objetividade material ao que é documentado. Considera-se a existência de um substrato físico imprescindível nessa consignação de uma passagem validada do ato para um registro.

O terceiro momento elucidativo aponta para os atributos de evidência incorporados nos procedimentos de um documentar, sobre o qual se reivindica sustentar uma referência do que aconteceu com uma força de prova. Esse informacional enquanto ação comunicativa permite circular uma referência com validade, o que tem a ver com a idéia de testemunho encerrado num arquivo.

Marion Beyea (2007, p. 33) comenta:

É dessa evidência [o que o arquivo é] que deriva grande parte de seu valor – para propósito de responsabilidade, administração, cultura e história. Ao lidar com a evidência – não informação ou objetos, embora documentos arquivísticos sejam objetos ou contenham informação –, os arquivistas, ao contrário de outros profissionais do conhecimento, da informação ou de curadoria, devem, nos processos que seguem e nas metodologias que aplicam, assegurar-se de que os documentos arquivísticos, *suportes dessa evidência*, sejam, ao longo do tempo, mantidos em seus contextos, completos, originais e confiáveis (grifo nosso).

Essa evidência é reconhecida na ação que foi consignada ao registro com credibilidade e validade para representar uma intencionalidade, ou manifestação de vontade.

As condições deste acontecimento discursivo, a informação arquivística, podem ser observadas no campo arquivístico enquanto lugar em que se reproduzem as competências técnicas para redefinições de posições, distribuídas nas relações entre trabalhadores dos



arquivos, produtores de conhecimento arquivístico e usuários. A partir disso, busca-se tematizar o construto informação arquivística inscrito nessa lógica que apreende o território arquivístico.

A dimensão arquivística nas dinâmicas sociais pode ser observada nas formas de sociabilidade assentadas na autenticidade dos registros. A recente enunciação informação arquivística comportaria noções antecedentes. Aparentemente pressupõe uma constituição enquanto artefato informacional, até então chamado de documento de arquivo. O fenômeno informacional em arquivo também sugere a dependência de uma materialidade na disponibilidade do registro. A noção de informação arquivística parece associada à existência da unidade materializada da informação na condição documental.

O saber arquivístico abarcaria a lógica presente na classificação e na seleção das inscrições. Essa seria uma compreensão do arquivista sobre o arquivamento como uma estrutura técnica que participa ao mesmo tempo do registro de um evento e de sua produção.

Diferentemente do que foi observado, a abordagem informacional do arquivo deve ser problematizada nas práticas de documentar carregadas de materialidade na estabilização de uma informação que é efeito de práticas sociais com legitimidade institucional.

Não é o poder de apenas transcrever características objetivas individuais preexistentes na forma escrita, portanto permitindo que “informações” sobre os indivíduos fossem comunicadas. Ao contrário, [...] não é na documentação como um meio de comunicação de informação, mas como transmissão de poder gerativo e formativo, através do qual indivíduos que podem ser conhecidos são constituídos institucionalmente. [...] Para o estudo da materialidade da informação, o conceito de ligação é a documentação. Práticas documentárias institucionais lhe dão peso, massa, inércia e estabilidade que materializa a informação de forma tal que ela possa configurar profundamente a vida social (FROHMANN, 2006, p. 6).

A partir de tal análise, o arquivístico é entendido como uma tecnologia cultural incorporada nas práticas sociais que possibilitam um instrumental de penhor do futuro a partir do passado pela técnica do arquivamento? Isso apontaria para a legitimidade e a racionalidade buscada pelo trabalho de controle que garante a coerência e a validação do que foi armazenado?

Quais são as relações entre a noção de informação arquivística operada por atores da produção de conhecimento arquivístico, atualmente no Brasil, em face ao que se tem, tradicionalmente, formulado na literatura arquivística?

REFERÊNCIAS



BEARMAN, David. Archivos virtuais. In: **XIII Congreso Internacional de Archivos**. Beijing, 1996.

BEYEA, Marion. A favor de normas para a prática arquivística. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

BRUEBACH, Nils. Acesso eletrônico à informação arquivística: vantagens e potenciais das normas de descrição. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 34-40, jan./dez. 1994.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2006.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, n. 21 - 1998.

_____. Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, 1 (2000).

COOK, Michael. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CRESPO, Cláudio Dutra. **O campo da arquivística e os arquivos setoriais**: conhecimentos e práticas. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan.-jun., 1994.

EASTWOOD, Terry. In: Debate entre Terry Eastwood e Theo Thomassen. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 15-24, 2007.

FERNANDES, Geni Chaves. **A ameaça**: tempo, memória e informação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.



FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil, 2001.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

FROHMANN, Bernd. Palestra proferida na abertura do evento **VII ENANCIB**, em Marília, SP, em outubro de 2006.

GUIMARÃES E SILVA, Júnia. **Socialização da informação arquivística: a viabilidade de enfoque participativo na transferência da informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-IBICT/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

HEREDIA, A. Herrera . **Archivística general. Teoría y Práctica**. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1983. 512p.

INDOLFO, Ana Celeste. **O uso de normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2008.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Orgs). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1999a.

_____. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999b.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos In: **Formas e Expressões do Conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia, 1998.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

LODOLINI, Elio. El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. **Irargi Revista Archivística**. N.1, p. 27-61, 1988.

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. São Paulo: 2000. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Orientadora: Ana Maria de Almeida Camargo.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na Internet**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e



Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2005.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). UNB, Brasília, 2007.

MONÇÃO, Jane Lessa. **O conceito assunto na arquivística**: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento - I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). UNESP, São Paulo, 2006.

MORENO, Nádina Aparecida. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

NHARRELUGA, Rafael Simone. **O governo eletrônico em Moçambique**: uma reflexão sobre políticas públicas de informação. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2006.

ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação Revisitada aos Sistemas Humanos de Informação**. Brasília : Thesaurus Editora e SSRR Informações. 2003.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo**: um manual para o município de Campo Belo (MG). São Paulo: 2002. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. Orientadora: Heloísa Liberalli Bellotto.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez 2006, p. 17-41.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 160 p.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.) **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Distrito Federal:



SENAC, 2007.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

_____. **Manual de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SIBILLE, Claire. A descrição arquivística na França, entre normas e práticas. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

SILVA, Armando B. Malheiro da. **A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento arquivístico**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br/download/malheiros.rtf Acessado em: 7/1/2008.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2008.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. **Classificação em arquivística: trajetória e apropriação de um conceito**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

THOMASSEM, Theo, Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

VIEIRA, João. A arquitetura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 33-45, 2005.